MOORE

RTA-075-2021

Cooperativa de Crédito Crediceripa – Sicoob Crediceripa

Demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2020 e o relatório do auditor independente

Moore Prisma Auditores e Consultores

Rua Milton José Robusti, 75
15º andar
CEP 14021-613
Ribeirão Preto - SP

T. 55 (16) 3019-7900
E. moorerp@moorebrasil.com.br

www.moorebrasil.com.br

RTA-075-2021

Ribeirão Preto SP, 18 de fevereiro de 2021.

À
Cooperativa de Crédito Crediceripa – Sicoob Crediceripa
Itaí SP

Atenção do Senhor **Hugo Ferraz da Silveira**
Diretor Presidente

Prezado Senhor:

Encaminhamos-lhe as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020, acompanhadas do relatório do auditor independente.

Pedimos a gentileza de nos devolver a via protocolada desta carta para nosso controle e arquivo.

Atenciosamente,

Moore Prisma Auditores e Consultores

Hildebrando Camargo
Diretor

A Rede Global Moore e suas firmas-membro, presentes nas principais cidades do mundo, são entidades legalmente distintas e independentes.

Cooperativa de Crédito Crediceripa – Sicoob Crediceripa

Demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2020 e o relatório do auditor independente

Sumário

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras 2

Demonstrações financeiras

Balanços patrimoniais 5

Demonstrações do resultado 6

Demonstrações do resultado abrangente 7

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido 8

Demonstrações dos fluxos de caixa 9

Notas explicativas às demonstrações financeiras 10

1 Contexto operacional 10

2 Apresentação das demonstrações financeiras e resumo das principais práticas contábeis 11

3 Caixa e equivalentes de caixa 15

4 Aplicações interfinanceiras de liquidez 16

5 Títulos e valores mobiliários 16

6 Relações interfinanceiras 16

7 Operações de crédito 17

8 (-) Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito 19

9 Outros créditos 20

10 Investimentos 20

11 Imobilizado de uso e intangível 20

12 Depósitos 20

13 Recursos de aceites cambiais e letras imobiliárias 21

14 Relações Interfinanceiras 22

15 Provisões 22

16 Outras obrigações 24

17 Patrimônio líquido 24

18 Outros ingressos operacionais 26

19 Dispêndios administrativos 26

20 Dispêndios de pessoal e honorários 27

21 Outros dispêndios operacionais 27

22 Coobrigações e riscos em garantias prestadas 27

23 Seguros contratados 27

24 Instrumentos financeiros 27

25 Partes relacionadas 28

26 Cooperativa Central de Crédito do Estado de São Paulo – Sicoob São Paulo 28

27 Resumo da descrição da estrutura de gerenciamento dos riscos 29

Moore Prisma Auditores e Consultores

Rua Milton José Robusti, 75
15º andar
CEP 14021-613
Ribeirão Preto - SP

T. 55 (16) 3019-7900
E. moorerp@moorebrasil.com.br

www.moorebrasil.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos cooperados e administradores da
Cooperativa de Crédito Crediceripa – Sicoob Crediceripa
Itaí SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Cooperativa de Crédito Crediceripa – Sicoob Crediceripa ("Cooperativa"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa de Crédito Crediceripa – Sicoob Crediceripa em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre este relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar

distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Cooperativa é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Ribeirão Preto SP, 29 de janeiro de 2021.

Moore Prisma Auditores Independentes
CRC 2SP017256/O-3

Hildebrando Camargo
CRC 1SP192229/O-8

Cooperativa de Crédito Crediceripa – Sicoob Crediceripa

Balanços patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019
Em reais

Ativo	Nota	2020	2019
Circulante		**528.340.119**	**385.175.442**
Disponibilidades	**3**	10.887.642	10.474.300
Instrumentos financeiros			
Aplicações interfinanceiras de liquidez	**4**	58.839.626	62.651.592
Títulos e valores mobiliários	**5**	-	98.313.416
Relações interfinanceiras	**6**	208.047.209	13.380.149
Operações de crédito	**7**	257.472.168	200.713.512
(-) Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	**8**	(11.075.606)	(5.021.020)
Outros créditos	**9**	2.399.874	2.081.638
Outros valores e bens		1.769.206	2.581.855
Não circulante		**167.830.874**	**87.874.127**
Realizável a longo prazo			
Instrumentos financeiros			
Operações de crédito	**7**	154.665.632	80.711.607
(-) Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	**8**	(2.869.908)	(2.949.367)
Outros créditos	**9**	1.307.338	1.242.858
Investimentos	**10**	4.396.652	4.020.266
Imobilizado de uso	**11**	15.091.392	8.702.348
Intangível	**11**	1.042.568	1.033.893
(-) Depreciações e amortizações	**11**	(5.802.800)	(4.887.478)
Total do ativo		**696.170.993**	**473.049.569**

Passivo	Nota	2020	2019
Circulante		**605.934.306**	**396.467.822**
Depósitos e demais instrumentos financeiros			
Depósitos	**12**	498.682.665	278.117.689
Recursos de aceites cambiais e letras imobiliárias	**13**	41.287.926	49.392.371
Relações interfinanceiras	**14**	48.182.785	55.619.962
Relações interdependências		5.922	5.036.091
Provisões	**15**	332.968	281.078
Outras obrigações	**16**	17.442.040	8.020.631
Não circulante		**7.738.689**	**5.543.352**
Exigível a longo prazo			
Demais instrumentos financeiros			
Relações interfinanceiras	**14**	6.116.252	4.048.664
Provisões	**15**	1.622.437	1.494.688
Patrimônio líquido	**17**	**82.497.998**	**71.038.395**
Capital social		37.485.112	36.642.548
Reserva de sobras		42.218.928	31.301.641
Sobras acumuladas		2.793.958	3.094.206
Total do passivo e patrimônio líquido		**696.170.993**	**473.049.569**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Cooperativa de Crédito Crediceripa – Sicoob Crediceripa

Demonstrações do resultado

2° semestre de 2020 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019
Em reais

			2020	2019
	Nota	**2º semestre**	**Total**	**Total**
Ingressos da intermediação financeira		**27.982.105**	**56.718.272**	**57.967.007**
Operações de crédito	**7a**	25.440.439	50.886.564	46.580.031
Aplicações interfinanceiras de liquidez	**4**	503.916	1.494.275	4.176.910
Títulos e valores mobiliários	**5**	3.436	1.494.166	6.294.126
Ingressos de depósitos intercooperativos	**6**	2.034.314	2.843.267	915.940
Dispêndios da intermediação financeira		**(12.614.055)**	**(28.346.573)**	**(27.380.737)**
Operações de captação no mercado	**12**	(3.848.785)	(8.558.976)	(13.570.042)
Operações de empréstimos, cessões e repasses		(1.649.425)	(3.495.311)	(4.572.142)
Provisão para perdas em operações de crédito	**8b**	(6.651.670)	(15.264.530)	(8.716.228)
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	**8b**	(464.175)	(1.027.756)	(522.325)
Resultado bruto da intermediação financeira		**15.368.050**	**28.371.699**	**30.586.270**
Outros ingressos operacionais		**16.299.283**	**30.151.549**	**26.699.733**
Ingressos de prestação de serviços		6.493.578	12.712.353	13.640.078
Outros ingressos operacionais	**19**	9.805.705	17.439.196	13.059.655
Outros (dispêndios) operacionais		**(24.440.172)**	**(47.089.308)**	**(43.074.877)**
Dispêndios administrativos	**20**	(9.263.444)	(18.173.086)	(17.456.454)
Dispêndios de pessoal e honorários	**21**	(12.310.621)	(24.227.752)	(20.096.460)
Dispêndios de depreciação e amortização		(515.771)	(972.916)	(862.654)
Outros dispêndios operacionais	**22**	(2.350.336)	(3.715.554)	(4.659.309)
Resultado operacional		**7.227.161**	**11.433.940**	**14.211.126**
Resultado não operacional		131.987	108.229	(1.172.342)
Resultado antes da tributação		**7.359.148**	**11.542.169**	**13.038.784**
Imposto de renda e contribuição social		79.075	-	(661.958)
Sobra líquida antes da reversão dos juros sobre o capital integralizado		**7.438.223**	**11.542.169**	**12.376.826**
Juros sobre o capital	**17b**	1.004.968	1.004.968	1.617.924
Sobra líquida do semestre/exercícios		**8.443.191**	**12.547.137**	**13.994.750**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Cooperativa de Crédito Crediceripa – Sicoob Crediceripa

Demonstrações do resultado abrangente

2° semestre de 2020 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019
Em reais

	2020		2019
	2º semestre	Exercício	Exercício
Sobra líquida do semestre/exercícios	**8.443.191**	**12.547.137**	**13.994.750**
Outros resultados abrangentes	-	-	-
Resultado abrangente do semestre/exercícios	**8.443.191**	**12.547.137**	**13.994.750**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Cooperativa de Crédito Crediceripa – Sicoob Crediceripa

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

2° semestre de 2020 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019
Em reais

	Capital social				
	Capital social	(-) Capital a integralizar	Reserva legal	Sobras acumuladas	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2019	**32.715.638**	**(1.167.741)**	**19.385.867**	**6.503.990**	**57.437.754**
Aumento de reserva com sobras	-	-	3.251.995	(3.251.995)	-
Aumento de capital com sobras	-	3.251.995	-	(3.251.995)	-
Subscrição/realização de capital	5.842.246	(3.886.411)	-	-	1.955.835
Devoluções de capital	(1.700.649)	1.198	-	-	(1.699.451)
Sobra líquida do exercício	-	-	-	13.994.750	13.994.750
Juros sobre o capital	-	1.617.924	-	(1.617.924)	-
IRRF sobre juros ao capital	(31.652)	-	-	-	(31.652)
Destinação da reserva legal	-	-	8.663.779	(8.663.779)	-
FATES – cooperados	-	-	-	(618.841)	(618.841)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	**36.825.583**	**(183.035)**	**31.301.641**	**3.094.206**	**71.038.395**
Aumento de reserva com sobras	-	-	3.094.206	(3.094.206)	-
Subscrição/realização de capital	2.375.329	(1.026.585)	-	-	1.348.744
Devoluções de capital	(1.504.613)	4.033	-	-	(1.500.580)
Sobra líquida do exercício	-	-	-	12.547.137	12.547.137
Juros sobre o capital	-	1.004.968	-	(1.004.968)	-
IRRF sobre juros ao capital	(10.568)	-	-	-	(10.568)
Destinação da reserva legal	-	-	7.823.081	(7.823.081)	-
FATES – cooperados	-	-	-	(558.792)	(558.792)
FATES – não cooperados	-	-	-	(366.338)	(366.338)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	**37.685.731**	**(200.619)**	**42.218.928**	**2.793.958**	**82.497.998**

	Capital social				
	Capital social	(-) Capital a Integralizar	Reserva legal	Sobras acumuladas	Total
Saldos em 1º de julho de 2020	**36.165.996**	**(167.553)**	**34.395.847**	**4.103.946**	**74.498.236**
Subscrição/realização de capital	1.928.097	(1.040.865)	-	-	887.232
Devoluções de capital	(397.794)	2.831	-	-	(394.963)
Sobra líquida do semestre	-	-	-	8.443.191	8.443.191
Juros sobre o capital	-	1.004.968	-	(1.004.968)	-
IRRF sobre juros ao capital	(10.568)	-	-	-	(10.568)
Destinação da reserva legal	-	-	7.823.081	(7.823.081)	-
FATES – cooperados	-	-	-	(558.792)	(558.792)
FATES – não cooperados	-	-	-	(366.338)	(366.338)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	**37.685.731**	**(200.619)**	**42.218.928**	**2.793.958**	**82.497.998**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Cooperativa de Crédito Crediceripa – Sicoob Crediceripa

Demonstrações dos fluxos de caixa

2° semestre de 2020 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019
Em reais

		2020	2019
	2º semestre	**Exercício**	**Exercício**
Fluxo de caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	**45.575.695**	**202.489.675**	**(7.013.814)**
Sobra ajustada do semestre/exercícios	17.611.378	31.663.182	25.627.110
Sobra líquida do exercício	8.443.191	12.547.137	13.994.749
Provisão para perdas em operações de crédito	6.651.670	15.264.530	8.716.228
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	464.175	1.027.756	522.325
Desvalorização de outros valores e bens	550.000	550.000	831.139
Depreciações e amortizações	515.771	972.916	862.654
Residual de baixas de imobilizado de uso e intangível	665.428	665.428	118.212
Provisões passivas	321.143	635.415	581.803
Redução (aumento) nos ativos	(72.454.865)	(39.274.783)	(43.690.234)
Aplicações interfinanceiras de liquidez	3.811.966	3.811.966	13.109.798
Títulos e valores mobiliários	4.839.641	98.063.158	(12.015.909)
Operações de crédito	(81.183.290)	(140.234.300)	(57.736.703)
Outros créditos	(311.487)	(1.178.256)	13.365.853
Outros valores e bens	388.305	262.649	(413.273)
Aumento (redução) nos passivos	100.419.182	210.101.276	11.049.310
Depósitos	97.115.533	220.564.976	28.894.165
Recursos de aceites cambiais e letras imobiliárias	(8.104.445)	(8.104.445)	9.352.153
Relações interfinanceiras	9.523.609	(5.369.589)	(13.668.873)
Relações interdependências	(5.030.169)	(5.030.169)	5.035.739
Provisões	(455.776)	(455.776)	(15.175.630)
Outras obrigações	7.370.430	8.496.279	(3.388.244)
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimentos	**(10.717.390)**	**(7.497.127)**	**(2.421.092)**
Aumento de investimentos	(166.712)	(376.386)	(614.631)
Aquisições de imobilizado de uso e intangível	(10.550.678)	(7.120.741)	(1.806.461)
Fluxo de caixa gerado pelas atividades de financiamentos	**480.753**	**(162.404)**	**224.732**
Estorno de capital	(948)	-	-
Integralizações de capital	887.232	1.348.744	1.955.835
Devoluções de capital	(394.963)	(1.500.580)	(1.699.451)
IRRF sobre juros ao capital	(10.568)	(10.568)	(31.652)
Aumento do caixa e equivalentes de caixa	**35.339.058**	**194.830.144**	**(9.210.174)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre/exercícios (nota 3)	183.595.793	24.104.707	33.314.881
Caixa e equivalentes de caixa no fim do semestre/exercícios (nota 3)	**218.934.851**	**218.934.851**	**24.104.707**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

1 Contexto operacional

A Cooperativa de Crédito Crediceripa – SICOOB CREDICERIPA ("Cooperativa"), fundada em 25 de maio de 1995, é uma cooperativa de crédito e economia, instituição financeira não bancária, de responsabilidade limitada, sem fins lucrativos e não sujeita a falência. Em relação ao Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica, a mesma adquiriu personalidade na data de 13 de novembro de 1995, através do registro sob nº 00.966.246/0001-12.

A Cooperativa está sediada na Rua Salvador de Freitas, nº 1.243, Centro, em Itaí SP, e tem sua área de ação nos municípios de Águas de Santa Barbará, Alambarí, Angatuba, Araçoiaba da Serra, Avaré, Bragança Paulista, Bofete, Boituva, Buri, Campina do Monte Alegre, Campinas, Capão Bonito, Capela do Alto, Cerqueira Cesar,Cerquilho, Cesário Lange, Conchas, Coronel Macedo, Fartura, Guapiara, Guarei, Ibiúna, Itaberá, Itaí, Itapetininga, Itapeva, Itaporanga, Itararé, Itatiba, Itatinga, Itupeva, Jundiaí, Laranjal Paulista, Mogi Mirim, Paranapanema, Pardinho, Paulínia, Pereiras, Piedade, Pilar do Sul, Piraju, Porangaba, Porto Feliz, Quadra, Ribeirão Branco, Ribeirão Grande, Salto de Pirapora, São Miguel Arcanjo, Sarapuí, Sorocaba, Sumaré, Taguaí, Taquarituba, Taquarivaí, Tatuí, Tietê, Torre de Pedra e Votorantim no Estado de São Paulo e Castro, Jacarezinho, Jaguariaíva, PontaGrossa, Santo Antonio da Platina no Estado do Paraná, área de admissão de associados limitada aos municípios integrantes dos Estados de São Paulo, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, Paraná e Rio de Janeiro.

Tem por objetivo o desenvolvimento de programas de poupança, de uso adequado do crédito e de prestação de serviços, praticando todas as operações ativas, passivas e acessórias próprias de cooperativas de crédito; prover, através da mutualidade, prestação de serviços financeiros a seus associados em suas atividades específicas, buscando apoiar e aprimorar a produção, a produtividade e a qualidade de vida, bem como a comercialização e industrialização dos bens produzidos e a formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo.

Tem sua constituição e funcionamento regulamentados pela Resolução CMN n° 4.434/2015. É filiada Cooperativa Central de Crédito do Estado de São Paulo - Sicoob São Paulo e componente do Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil - Sicoob.

Em razão da pandemia mundial declarada pela Organização Mundial de Saúde (OMS), relacionada ao novo Coronavírus (COVID-19) que vem afetando o Brasil e diversos países no mundo, trazendo riscos à saúde pública e impactos na economia mundial, a Cooperativa no início da pandemia realizou o mapeamento de toda a carteira de crédito da cooperativa classificando os diversos setores de atuação dos nossos cooperados em alta, média e baixa exposição diante dos riscos e dos efeitos pandêmicos.

A Cooperativa acatou a ferramenta disponibilizada pelo Sicoob Confederação e optou por fazer a prorrogação massiva de todos os contratos de empréstimos e financiamentos com juros calculados via tabela price. No caso

dos cooperados que optaram por manter o cronograma inicial do vencimento das operações de crédito, foi feito o cancelamento da prorrogação e mantido o cronograma inicial de pagamentos estabelecidos no contrato.

Os casos de prorrogação que não se enquadraram nos critérios dessa ação massificada ou eventuais repactuações seguiram o fluxo convencional de alçadas na cooperativa para aprovação.

A continuidade da gestão do crédito foi feita a partir do monitoramento da inadimplência da cooperativa, dos relatórios de provisão, dos relatórios das operações baixadas para prejuízo e dos testes de estresse. Além do monitoramento cotidiano desses índices, as informações foram e permanecem sendo apresentadas nas reuniões dos órgãos estatutários e evidenciadas através das informações constantes nas Atas e seus respectivos anexos.
A partir dessas estruturações, a cooperativa permanece mapeando e reavaliando continuamente seus ativos, buscando alternativas para mitigar o risco de crédito, além de continuar prestando assistência financeira aos nossos associados, respeitando os normativos internos e externos relacionados a riscos e concessão de crédito.

A administração avaliou a capacidade da Cooperativa em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras da Cooperativa foram preparadas com base no pressuposto da continuidade.

2 Apresentação das demonstrações financeiras e resumo das principais práticas contábeis

a Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN, e estão em conformidade com a regulamentação emanada do Conselho Monetário Nacional - CMN e do Banco Central do Brasil - BACEN. Consideram as Normas Brasileiras de Contabilidade, especificamente aquelas aplicáveis às entidades cooperativas, a Lei do Cooperativismo nº 5.764/1971, a Lei Complementar nº 130/2009, as normas e instruções do BACEN, apresentadas conforme o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF), e os pronunciamentos, orientações e as interpretações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) aprovados pelo BACEN até o momento, quais sejam:

- CPC 00 (R2) – Pronunciamento Conceitual Básico – Estrutura Conceitual para Elaboração e divulgação de Relatório Contábil-Financeiro – homologado pela Resolução CMN nº 4.144/2012;
- CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos – homologado pela Resolução CMN nº 3.566/2008;
- CPC 02 (R2) – Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis – homologado pela Resolução CMN nº 4.524/2016;
- CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa – homologado pela Resolução CMN nº 3.604/2008;

- CPC 04 (R1) – Ativo Intangível – homologado pela Resolução CMN nº 4.534/2016;
- CPC 05 (R1) – Divulgação sobre Partes Relacionadas – homologado pela Resolução CMN nº 3.750/2009;
- CPC 10 (R1) – Pagamento Baseado em Ações – homologado pela Resolução CMN nº 3.989/2011;
- CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro – homologado pela Resolução CMN nº 4.007/2011;
- CPC 24 – Evento Subsequente – homologado pela Resolução CMN nº 3.973/2011;
- CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes – homologado pela Resolução CMN nº 3.823/2009;
- CPC 27 – Ativo Imobilizado – homologado pela Resolução CMN nº 4.535/2016;
- CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados – homologado pela Resolução CMN nº 4.424/2015; e
- CPC 46 – Mensuração do Valor Justo – homologado pela Resolução CMN nº 4.748/2019.

As demonstrações financeiras, incluindo as notas explicativas, são de responsabilidade da administração da Cooperativa e foram aprovadas em 29 de janeiro de 2021, as quais foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com a Resolução CMN nº 4.818/2020 que regulamentou procedimentos para elaboração e divulgação das demonstrações financeiras e com a Resolução BCB nº 2/2020, que estabeleceu diretrizes, incluindo a divulgação da Demonstração do Resultado Abrangente, abertura de saldos no Balanço Patrimonial de provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, depreciações e amortizações, no ativo, e provisões, no passivo, alterações que não influenciaram no saldo total desta demonstração.

b Descrição das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão resumidas a seguir e foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

b.1 Apuração do resultado

Os ingressos e os dispêndios são reconhecidos pelo regime de competência.

b.2 Estimativas contábeis

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Cooperativa no processo de aplicação das práticas contábeis. As demonstrações financeiras da Cooperativa incluem, portanto, estimativas referentes à seleção das vidas-úteis do ativo imobilizado, provisão para perdas nas operações de crédito, provisão para contingências e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas. A administração da Cooperativa monitora e revisa as estimativas e suas premissas pelo menos anualmente.

b.3 Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem dinheiro em caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo e de alta liquidez, com prazo inferior a 90 dias de vencimento e com risco insignificante de valor.

b.4 Instrumentos Financeiros

Registrados pelo valor de aplicação, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidos de provisões para perdas ou ajustes a valor de realização.

b.5 Aplicações interfinanceiras de liquidez, títulos e valores mobiliários e relações interfinanceiras - ativo

Registrados pelo valor de aplicação, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidos de provisões para perdas ou ajustes a valor de realização.

A Circular BACEN n° 3.068/2001, que trata da classificação dos títulos e valores mobiliários com base em um conjunto de critérios para registro e avaliação da carteira de títulos, não se aplica às cooperativas de crédito.

b.6 Operações de crédito

As operações pré-fixadas são registradas pelo valor futuro, retificadas pela conta de rendas a apropriar, e as operações pós-fixadas são atualizadas até a data do balanço, observados os índices contratados. Para as operações vencidas há mais de 60 dias, os juros permanecerão em rendas a apropriar, até a liquidação da operação.

b.7 Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

Sobre as operações de crédito, a administração da Cooperativa constituiu provisão para perdas em montante considerado suficiente para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, com base em critérios consistentes e verificáveis, amparados por informações internas e externas, pelo menos em relação ao devedor e seus garantidores (situação econômico-financeira, grau de endividamento, capacidade de geração de resultados, fluxo de caixa, administração e qualidade de controles, pontualidade e atrasos nos pagamentos, contingências, setor de atividade econômica e limite de crédito) e, em relação à operação (natureza e finalidade, características das garantias com suficiência de liquidez e valor), conforme determina a Resolução CMN nº 2.682/1999, que classifica as operações em nove níveis de risco (de AA a H).

b.8 Devedores por depósitos em garantia

Seja por determinação judicial ou espontaneidade da Administração, quando depositados valores para suportar passivos contingentes constituídos.

b.9 Investimentos

Representados por participações societárias avaliadas ao custo de aquisição.

b.10 Imobilizado de uso

As imobilizações de uso são demonstradas pelo custo de aquisição deduzido da depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, aplicando-se taxas que contemplam a estimativa de vida útil-econômica dos bens.

b.11 Intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável. A amortização é calculada pelo método linear ao longo de sua vida útil estimada.

b.12 Redução ao valor recuperável de ativos

O imobilizado e outros ativos são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil não pode ser recuperável (*impairment*).

b.13 Depósitos à vista, sob aviso e a prazo

Os depósitos à vista não são remunerados. Os depósitos sob aviso e a prazo pré-fixados são registrados pelo valor futuro, retificado pela conta de dispêndios a apropriar; e os depósitos pós-fixados são atualizados até a data do balanço, observados os índices contratados.

b.14 Recursos de aceites cambiais e letras imobiliárias

Representados por títulos emitidos por instituições financeiras, com a finalidade de captação de recursos para participantes da cadeia do agronegócio, demonstrados pelo valor atualizado até a data do balanço.

b.15 Relações Interfinanceiras - passivo

São atualizadas pelos encargos contratados proporcionalmente até a data do balanço.

b.16 Provisões

As provisões são constituídas como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação no futuro. As provisões são registradas tendo como base a estimativa do risco envolvido.

b.17 Demais ativos e passivos

Os demais ativos são apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas não superando o valor de mercado. Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas.

b.18 Ativos e passivos contingentes

Os ativos contingentes não são reconhecidos, exceto quando da existência de evidências concretas que assegurem a sua realização. Os passivos contingentes são reconhecidos contabilmente pela administração da cooperativa quando, com base na opinião dos assessores jurídicos e outras análises das matérias, for considerado que há risco de perda de ações judicial ou administrativa, gerando uma possibilidade de saída de recursos no futuro para a liquidação dessas ações e, ainda, quando os montantes envolvidos possam ser mensurados com suficiente segurança. Esse é um julgamento subjetivo, sujeito às incertezas de uma previsão sobre eventos futuros, mas que leva em consideração o fundamento jurídico da causa, a viabilidade de produção de provas, a jurisprudência em questão, a possibilidade de recorrer à instâncias

superiores e a experiência histórica. A administração da cooperativa revisa periodicamente a situação dos passivos contingentes.

b.19 Segregação de ativos e passivos

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a 360 dias estão classificados no circulante, e os com prazos superiores, no não circulante. Essa segregação considera a intenção da administração da Cooperativa na manutenção de ativos.

Em 31 de dezembro de 2020, o passivo circulante supera o ativo circulante em R$ 77.594.187. Já o realizável a longo prazo supera o exigível a longo prazo em R$ 145.364.373. Assim, o ativo total, excluído o permanente, supera o passivo total em R$ 67.770.186.

b.20 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro têm incidência sobre os atos não cooperativos, situação prevista no caput do Art. 194 do Decreto 9.580/2018 (RIR2018). Entretanto, o resultado apurado em operações realizadas com cooperados não tem incidência de tributação, sendo essa expressamente prevista no caput do art. 193 do mesmo Decreto.

b.21 Demonstração dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão sendo apresentadas de acordo com o estabelecido pelo CPC e normas do BACEN.

3 Caixa e equivalentes de caixa

As disponibilidades, os títulos e valores mobiliários e as relações interfinanceiras são classificadas como caixa e equivalentes de caixa, para fins de apresentação da demonstração dos fluxos de caixa.

Descrição	2020	2019
Disponibilidades		
Caixa e depósitos bancários	10.887.642	10.474.300
Títulos e valores mobiliários (nota 5)	-	250.258
Relações interfinanceiras (nota 6)	208.047.209	13.380.149
	218.934.851	**24.104.707**

4 Aplicações interfinanceiras de liquidez

Instituição Financeira	Tipo de aplicação	2020	2019
Bancoob	DI Longo Pós CDI - vinculados	**58.839.626**	**62.651.592**

As aplicações interfinanceiras de liquidez referem-se, substancialmente, a aplicações em Certificado de Depósito Interbancário – CDI, com remuneração de, aproximadamente, 101% do CDI. As aplicações intefinanceiras de liquidez garantem as operações de repasse junto ao Bancoob. Foi registrado no exercício de 2020, em ingressos da intermediação financeira – aplicações interfinanceiras de liquidez, rendimentos no montante de R$ 1.494.275 (R$ 4.176.910 em 2019).

5 Títulos e valores mobiliários

Instituição financeira	Tipo de aplicação	2019
Sicoob São Paulo	RDC Longo Pós CDI - vinculados	5.000.000
Sicoob São Paulo	RDC Longo Pós CDI - livres (após 90 dias)	93.063.158
Sicoob São Paulo	RDC Longo Pós CDI - livres (até 90 dias)	250.258
		98.313.416

Remuneradas às taxas de 99% e 100% CDI (CETIP – B3). As operações estavam custodiadas, substancialmente, em bancos ligados ao Sistema Sicoob. Foi registrado no resultado do exercício, em ingressos da intermediação financeira – títulos e valores mobiliários, rendimentos no montante de R$ 1.494.166 (R$ 6.294.126 em 2019). No decorrer do exercício de 2020 o montante de títulos e valores mobiliários foi totalmente resgatado e aplicado em centralização financeira (nota 6).

6 Relações interfinanceiras

Em 2020, o saldo é de R$ 208.047.209 (R$ 13.380.149 em 2019).

A centralização financeira é remunerada pela taxa do Certificado de Depósito Interbancário (CDI). No exercício de 2020 foram registrados no resultado rendimentos em ingressos de depósitos intercooperativos, no montante de R$ 2.843.267 (R$ 915.940 em 2019).

7 Operações de crédito

a Composição da carteira de crédito por modalidade

	2020			2019		
Descrição	**Circulante**	**Não circulante**	**Total**	**Circulante**	**Não circulante**	**Total**
Adiantamento a depositantes	200.462	-	200.462	244.079	-	244.079
Cheque especial e conta garantida	6.649.489	-	6.649.489	9.315.124	-	9.315.124
Empréstimos e financiamentos	125.841.645	135.020.847	260.862.492	80.651.165	64.777.669	145.428.834
Títulos descontados	27.707.638	-	27.707.638	28.580.452	-	28.580.452
Financiamentos rurais: próprios e repasses	97.072.934	19.644.785	116.717.719	81.922.692	15.933.938	97.856.630
	257.472.168	**154.665.632**	**412.137.800**	**200.713.512**	**80.711.607**	**281.425.119**

Foi registrado no resultado do exercício, em ingressos da intermediação financeira – operações de crédito, rendimentos no montante de R$ 50.886.564 (R$ 46.580.031 em 2019).

b Composição por nível de risco e situação de vencimento

Nível de	**Provisão**	2020			2019		
risco	**%**	**Vencidas**	**Vincendas**	**Total**	**Vencidas**	**Vincendas**	**Total**
AA		-	48.573.736	48.573.736	-	-	-
A	0,5	-	183.232.518	183.232.518	-	159.165.234	159.165.234
B	1,0	307.859	119.921.508	120.229.367	625.364	84.292.873	84.918.237
C	3,0	133.914	43.762.604	43.896.518	353.046	25.386.164	25.739.210
D	10,0	471.118	4.798.607	5.269.725	718.447	4.098.298	4.816.745
E	30,0	458.891	831.075	1.289.966	877.457	810.196	1.687.653
F	50,0	404.861	571.889	976.750	965.584	414.894	1.380.478
G	70,0	279.014	223.386	502.400	499.474	166.129	665.603
H	100,0	6.387.036	1.779.784	8.166.820	1.694.215	1.357.744	3.051.959
		8.442.693	**355.121.371**	**412.137.800**	**5.733.587**	**275.691.532**	**281.425.119**

c Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento

				2020
Descrição	**Até 90**	**De 91 a 360**	**Acima de 360**	**Total**
Empréstimos, Títulos descontados, Cheque especial, Conta garantida e Adiantamento a depositantes	66.561.569	75.491.344	91.576.311	233.629.224
Financiamentos	4.139.974	14.206.346	43.444.536	61.790.856
Financiamentos rurais e agroindustriais	31.819.394	65.253.541	19.644.785	116.717.720
	102.520.937	**154.951.231**	**154.665.632**	**412.137.800**

				2019
Descrição	**Até 90**	**De 91 a 360**	**Acima de 360**	**Total**
Empréstimos, Títulos descontados, Cheque especial, Conta garantida e Adiantamento a depositantes	62.523.110	48.610.767	52.808.795	163.942.672
Financiamentos	2.040.198	5.616.745	11.968.874	19.625.817
Financiamentos rurais e agroindustriais	18.190.153	63.732.539	15.933.938	97.856.630
	82.753.461	**117.960.051**	**80.711.607**	**281.425.119**

d Créditos baixados como prejuízo

As operações classificadas como nível H (100% de provisão) permanecem nessa classificação por seis meses e, desde que apresentem atraso superior a esse prazo, são baixadas contra a provisão existente e controladas em conta de compensação, não figurando mais no balanço patrimonial.

Até 31 de dezembro de 2020, os créditos baixados como prejuízo, registrados em conta de compensação, montam R$ 25.373.869 (R$ 24.657.027 em 2019), e em sua maioria encontram-se em processo de cobrança judicial. Em 2020, foram recuperados créditos baixados como prejuízo no montante de R$ 2.372.557 (R$ 3.334.491em 2019), registrados em outros ingressos operacionais no exercício da recuperação (nota 18).

8 (-) Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

a Composição por tipo de operação

	2020			2019		
Descrição	**Circulante**	**Não circulante**	**Total**	**Circulante**	**Não circulante**	**Total**
Provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa	(10.486.282)	(2.869.908)	(13.356.190)	(4.663.912)	(2.949.367)	(7.613.279)
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	(589.324)	-	(589.324)	(357.108)	-	(357.108)
	(11.075.606)	**(2.869.908)**	**(13.945.514)**	**(5.021.020)**	**(2.949.367)**	**(7.970.387)**

b Movimentação das provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

	2020	**2019**
Saldo inicial	**(7.970.387)**	**(6.590.383)**
Créditos baixados para prejuízo	5.058.618	3.349.952
Constituição da provisão para perdas em operações de crédito	(15.264.530)	(8.716.228)
Constituição da provisão para perdas em outros créditos	(1.027.756)	(522.325)
Reversão de provisão para operações de crédito (nota 18)	5.137.280	4.458.298
Reversão de provisão para perdas em outros créditos (nota 18)	121.261	50.299
Saldo final	**(13.945.514)**	**(7.970.387)**

9 Outros créditos

	2020			2019		
Descrição	**Circulante**	**Não circulante**	**Total**	**Circulante**	**Não circulante**	**Total**
Créditos por avais e fianças	705.155	-	705.155	538.591	-	538.591
Rendas a receber	303.697	-	303.697	75.369	-	75.369
Devedores por depósitos em garantia (nota 15)	-	1.307.338	1.307.338	-	1.242.858	1.242.858
Títulos e créditos a receber	710.509	-	710.509	603.073	-	603.073
Diversos:						
Adiantamentos e antecipações salariais	83.623	-	83.623	27.197	-	27.197
Impostos e contribuições a compensar	567.324	-	567.324	376.264	-	376.264
Devedores diversos	29.566	-	29.566	461.144	-	461.144
	2.399.873	**1.307.338**	**3.707.212**	**2.081.638**	**1.242.858**	**3.324.496**

10 Investimentos

Descrição	**2020**	**2019**
Sicoob São Paulo	4.394.956	4.020.266
Outros investimentos	1.696	-
	4.396.652	**4.020.266**

11 Imobilizado de uso e intangível

a Composição do saldo

				2020	2019
Descrição	**Taxa anual de depreciação/ amortização**	**Custo**	**Depreciação / amortização acumulada**	**Líquido**	**Líquido**
Imobilizado de uso					
Terrenos	-	190.000	-	190.000	776.000
Instalações	De 10% a 20%	3.164.483	(684.128)	2.480.355	476.970
Móveis e equipamentos de uso	De 10% a 20%	8.467.333	(4.126.162)	4.341.171	3.365.868
Sistema de transporte	20%	120.500	(12.050)	108.450	-
Imobilizado em andamento	-	3.149.076	-	3.149.076	150.916
		15.091.392	**(4.822.340)**	**10.269.052**	**4.769.754**
Intangível					
Sistema de processamento de dados	20%	1.042.568	(980.460)	62.108	79.009
		16.133.960	**(5.802.800)**	**10.331.160**	**4.848.763**

12 Depósitos

Descrição	**2020**	**2019**
Depósitos à vista	137.183.953	75.623.254
Depósitos sob aviso **(i)**	660.827	643.288
Depósitos a prazo **(ii)**	360.837.885	201.851.147
	498.682.665	**278.117.689**

(i) Os depósitos sob aviso são remunerados por encargos financeiros calculados com base no CDI e tem exigibilidade imediata. Conforme Resolução CMN nº 3.454/2007, essa modalidade pode ser mantida até o seu resgate total, sendo vedada nova contratação a partir de 31 de dezembro de 2007.

(ii) Os depósitos a prazo são remunerados por encargos financeiros calculados com base no CDI e podem ser contratados em prazos de vencimento variados.

No exercício de 2020 foram registrados R$ 8.558.976 (R$ 13.570.042 em 2019) , no resultado em operações de captação no mercado, substancialmente de depósito a prazo.

Os depósitos estão garantidos até o limite de R$ 250 mil por CPF/CNPJ pelo FGCoop (Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito), fundo este constituído por todas as cooperativas de crédito brasileiras e bancos cooperativos integrantes do Sistema Nacional de Crédito Cooperativo (SNCC). O FGCoop tem por finalidade conforme seu estatuto: I - proteger depositantes e investidores das instituições associadas, respeitados os limites e condições estabelecidos no seu Regulamento; II - contribuir para a manutenção da estabilidade do Sistema Nacional de Crédito Cooperativo (SNCC); e III - contribuir para prevenção de crise sistêmica no segmento cooperativista. O Estatuto e o Regulamento do fundo tiveram aprovação através da Resolução CMN nº 4.284/2013 do BACEN.

13 Recursos de aceites cambiais e letras imobiliárias

Descrição	2020	2019
Letras de Crédito do Agronegócio - LCA **(i)**	38.981.892	49.392.371
Letras de Crédito Imobiliário - LCI	2.306.034	-
	41.287.926	**49.392.371**

(i) Referem-se a Letras de Crédito do Agronegócio – LCA emitidos pela Cooperativa, com garantia em direitos creditórios do agronegócio, são renumerados pelos encargos financeiros calculados com base em um percentual do CDI – Certificado de Depósitos interbancários.

Criados pela Lei nº 11.076/2004, esses papéis têm como um de seus atrativos o fato de que os investidores pessoas físicas têm seus rendimentos isentos de imposto de renda e carência mínima de 90 dias conforme artigo 5º da Resolução nº 4.410/2015, e a partir de 23 de maio de 2013, as Letras de Créditos do Agronegócio e de Crédito Imobiliário são cobertas pelo FGCoop, com limite de até R$ 250 mil por investidor. No exercício de 2020 e 2019, os rendimentos das LCA´s e das LCI´s foram registrados no resultado em operações de captação no mercado.

14 Relações Interfinanceiras

a Composição do saldo

	2020			2019		
Descrição	**Circulante**	**Não circulante**	**Total**	**Circulante**	**Não circulante**	**Total**
Repasses interfinanceiros	**48.182.785**	**6.116.252**	**54.299.037**	**55.619.962**	**4.048.664**	**59.668.626**

Essas operações são captadas junto ao sistema cooperativo, com garantias de notas promissórias, avais e penhores cedulares. No exercício de 2020 foram registrados R$ 3.495.311 (R$ 4.572.142 em 2019) no resultado em operações de empréstimos, cessões e repasses.

b Composição do saldo por faixa de vencimento

				2020
Descrição	**Até 90**	**De 91 a 360**	**Acima de 360**	**Total**
Repasses interfinanceiros	**10.528.672**	**37.654.113**	**6.116.252**	**54.299.037**

				2019
Descrição	**Até 90**	**De 91 a 360**	**Acima de 360**	**Total**
Repasses interfinanceiros	**12.868.286**	**42.751.676**	**4.048.664**	**59.668.626**

15 Provisões

	2020			2019		
Descrição	**Circulante**	**Não circulante**	**Total**	**Circulante**	**Não circulante**	**Total**
Provisão para contingências	-	1.622.437	1.622.437	-	1.494.688	1.494.688
Provisão para garantias prestadas	332.968	-	332.968	281.078	-	281.078
	332.968	**1.622.437**	**1.955.405**	**281.078**	**1.494.688**	**1.775.766**

a Composição da provisão para contingências e dos devedores por depósitos em garantia nos exercícios

	2020		2019	
Descrição	**Provisão**	**Devedores por depósito em garantias**	**Provisão**	**Devedores por depósito em garantias**
COFINS **(i)**	1.307.338	1.307.338	1.242.858	1.242.858
Cível **(ii)**	244.793	-	-	251.830
Trabalhistas **(iii)**	70.306	-	-	-
	1.622.437	**1.307.338**	**1.242.858**	**1.494.688**

(i) Foram constituídas provisões nos montantes de R$ 1.307.338 e R$ 1.242.858 em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, respectivamente, para fazer face a eventuais perdas que possam advir em função de interpretações polêmicas a respeito da tributação pela Receita Federal em sociedades cooperativas.

Existem depósitos judiciais nos mesmo montantes em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, respectivamente, suportando as demandas em andamento, classificada pelos seus assessores jurídicos como de perda possível.

(ii) Refere-se a duas ações cíveis classificadas pelos assessores jurídicos como perda provável. Referida provisão não está coberta por depósitos judiciais.

(iii) Refere-se a uma ação trabalhista classificada pelo assessor jurídico como perda provavél.

b Movimentação da provisão para contingência nos exercícios

Descrição	Cofins	IRRF (i)	Cível	Trabalhista	Total
Saldos em 1° de janeiro de 2019	**981.717**	**15.007.347**	**-**	**214.827**	**16.203.891**
Baixa	-	(15.007.347)	-	(214.827)	(15.222.174)
Constituição	261.141	-	251.830	-	512.971
Saldos em 31 de dezembro de 2019	**1.242.858**	**-**	**251.830**	**-**	**1.494.688**
Baixa	-	-	(45.760)	-	(456.760)
Constituição	64.480	-	38.723	70.306	173.509
Saldos em 31 de dezembro de 2020	**1.307.338**	**-**	**244.793**	**70.306**	**1.622.437**

(i) A provisão no montante R$ 15.007.347, referia-se a discussão tributária relativa ao IRRF sobre rendimentos de aplicações financeiras que teve decisão desfavorável à Cooperativa, ocorrendo o levantamento dos depósitos judiciais registrados a época pela União, com a respectiva baixa da provisão.

A Cooperativa possui ainda 5 processos trabalhistas, classificados pelos seus assessores jurídicos como de perda possível, que totalizam R$ 169.878. A Cooperativa não possui outros processos, além dos já citados, que indicam perda provável ou possível em 31 de dezembro de 2020 e de 2019.

16 Outras obrigações

Descrição	2020	2019
Cobrança e arrecadações de tributos e assemelhados	1.406	66.598
Sociais e estatutárias:		
Fundo de assistência técnica, educacional e social **(i)**	932.737	619.221
Gratificações e participações a pagar	2.239.279	1.493.511
Quotas de capital a pagar	400.205	291.756
	3.572.221	2.404.488
Fiscais e previdenciárias:		
Impostos e contribuições a recolher	1.206.870	770.414
Diversas:		
Cheques administrativos	6.741.941	-
Obrigações por aquisição de bens e direitos	556.354	265.419
Obrigações por prestadores de serviços	851.706	431.037
Provisão para pagamentos a efetuar	3.604.820	2.920.713
Credores diversos no País	906.722	1.161.962
	12.661.543	4.779.131
	17.442.040	**8.020.631**

(i) O FATES tem sua formação, classificação e utilização conforme a Lei do Cooperativismo e normas do BACEN (nota 17b).

Os impostos e as contribuições apurados e recolhidos pela Cooperativa, bem como, as respectivas declarações acessórias, os registros fiscais e societários, estão sujeitos a exames por parte das autoridades fiscais durante os prazos prescricionais variados, conforme legislação aplicável em cada circunstância, em geral cinco anos.

17 Patrimônio líquido

a Capital social

É representado pelas integralizações de 21.469 e 16.503 cooperados em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, respectivamente. De acordo com o Estatuto Social, cada cooperado tem direito a um voto, independentemente do número de suas cotas partes.

A Cooperativa, conforme Capítulo II, artigo 20 do seu Estatuto Social, poderá pagar aos cooperados juros sobre o capital social, limitado a taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC) para títulos federais. No exercício de 2020, a Cooperativa remunerou seus cooperados em R$ 994.400, líquido de IRRF.

O capital social é de R$ 37.485.112 e de R$ 36.642.548 em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, respectivamente.

b Destinações estatutárias e legais

As sobras apuradas no fim dos exercícios de 2020 e 2019, conforme Estatuto Social tiveram as seguintes destinações:

Descrição	2020	2019
Sobras do exercício, base de cálculo e destinações	12.547.137	13.994.749
Destinações estatutárias:		
Juros sobre o capital **(i)**	(1.004.968)	(1.617.924)
Reserva legal **(ii)**	(7.823.081)	(8.663.778)
FATES **(iii)**	(558.792)	(618.841)
Atos não cooperados transferido para FATES	(366.338)	-
Sobras à disposição da Assembleia Geral	**2.793.958**	**3.094.206**

(i) Juros sobre o capital integralizado, limitado à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC, propostos pelo Conselho de Administração da Cooperativa. Em reunião extraordinária do Conselho de Administração realizada em 29 de outubro de 2020, foi aprovado a remuneração das cotas capital dos cooperados. O montante a ser capitalizado de R$ 994.400, líquido do IRRF, foi contabilizado como "Capital social", conforme determinação do plano de contas do COSIF. Adicionalmente, conforme determinado pela Carta Circular BCB nº 3.935/2019, os juros sobre o capital social das cooperativas pagos ou creditados aos seus associados foram registrados no resultado do exercício, como "Outros dispêndios operacionais" (nota 21), e ajustados.

(ii) 70% para a reserva legal: com a finalidade de reparar perdas eventuais futuras e a atender ao desenvolvimento das atividades da Cooperativa.

(iii) 5% para o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES, destinado a prestar assistência e educação a seus cooperados, familiares e empregados, que podem ser executados mediante convênio com as entidades especializadas, oficiais ou não. Atendendo à instrução CMN do BACEN, o FATES é registrado como exigibilidade e utilizado em assistência aos cooperados para o qual se destina, conforme a Lei 5.764/1971 (Lei do Cooperativismo) (nota 16 **(i)**).

Além das destinações estatutárias acima, o Estatuto Social e Lei 5.764/1971, prevê que os resultados das operações com não cooperados, rendas não operacionais, auxílios ou doações sem destinação específicas serão levados à conta do FATES e contabilizados separadamente, de forma a permitir cálculo para incidência de tributos. As perdas apuradas no exercício serão cobertas pela reserva legal e, se insuficientes, mediante rateio entre os associados, considerando as operações realizadas ou mantidas na Cooperativa, excetuando-se o valor das quotas-partes integralizadas, segundo fórmula de cálculo estabelecida pela Assembleia Geral.

As sobras, deduzidos os valores destinados à formação dos fundos obrigatórios, ficarão à disposição da Assembleia Geral Ordinária, que deliberará: pelo rateio entre os associados, proporcionalmente às operações realizadas com a Cooperativa; pela constituição de outros fundos ou destinação aos fundos existentes; pela manutenção na conta sobras / perdas acumuladas; ou pela incorporação ao capital do associado, observada a proporcionalidade referida no Estatuto Social.

c Sobras acumuladas

As sobras são distribuídas e apropriadas conforme o Estatuto Social, normas do BACEN e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO).

Na Assembleia Geral Ordinária realizada em 30 de abril de 2020, foi aprovada a destinação das sobras acumuladas do exercício de 2020 para aumento de reserva legal.

18 Outros ingressos operacionais

		2020	2019
Descrição	**2º semestre**	**Exercício**	**Exercício**
Reversão de provisão para operações de crédito (Nota 8b)	3.041.772	5.137.280	4.458.298
Recuperação de créditos baixados para prejuízo (Nota 7d)	1.265.807	2.372.557	3.334.491
Rendas com cartão de crédito	603.266	1.538.814	3.661.194
Reversão para garantias financeiras prestadas	201.834	410.016	287.877
Reversão de provisão para outros créditos (nota 8b)	91.843	121.261	50.299
Atualização depósitos judiciais	7.799	64.480	129.785
Recuperação de encargos e despesas	21.915	63.898	258.907
Rendas de repasses Delcredere	-	-	27.529
Outras rendas operacionais	4.571.469	7.730.890	851.275
	9.805.705	**17.439.196**	**13.059.655**

19 Dispêndios administrativos

		2020	2019
Descrição	**2º semestre**	**Exercício**	**Exercício**
Serviço de terceiros, vigilância e segurança	(1.832.658)	(3.364.510)	(2.971.660)
Processamento de dados	(1.499.858)	(2.850.682)	(1.925.504)
Aluguéis	(1.417.232)	(2.489.643)	(1.684.941)
Serviços do sistema financeiro	(1.092.638)	(2.308.707)	(2.062.755)
Serviços técnicos especializados	(665.530)	(1.535.347)	(1.362.137)
Propaganda, publicidade, publicações e seguros	(405.899)	(786.699)	(611.759)
Comunicações	(376.293)	(731.569)	(1.236.161)
Manutenção, conservação de bens e material	(396.613)	(702.676)	(2.435.182)
Água, energia e gás	(233.087)	(447.732)	(433.725)
Promoções e relações públicas	(66.753)	(424.662)	(426.474)
Viagem no país	(134.232)	(316.553)	(409.938)
Outros	(1.142.651)	(2.214.306)	(1.896.218)
	(9.263.444)	**(18.173.086)**	**(17.456.454)**

20 Dispêndios de pessoal e honorários

Descrição	2º semestre	2020 Exercício	2019 Exercício
Proventos	(6.822.656)	(13.443.747)	(10.538.488)
Benefícios a empregados	(2.086.586)	(4.028.608)	(3.236.940)
Encargos sociais	(2.105.437)	(4.224.156)	(3.747.340)
Honorários e cédulas de presença	(686.397)	(1.381.063)	(1.432.678)
Participação dos lucros	(536.532)	(1.020.294)	(852.244)
Treinamentos	(8.074)	(8.074)	(264.368)
Remuneração de estagiários	(64.939)	(121.810)	(24.402)
	(12.310.621)	**(24.227.752)**	**(20.096.460)**

21 Outros dispêndios operacionais

Descrição	2º semestre	2020 Exercício	2019 Exercício
Juros sobre o capital (nota 17b)	(1.004.968)	(1.004.968)	(1.617.924)
Provisões passivas	(321.143)	(635.415)	(581.803)
Outras despesas tributárias	(81.377)	(178.454)	(457.154)
Descontos concedidos	-	-	(81.714)
Outros dispêndios	(942.848)	(1.896.77)	(1.920.714)
	(2.350.336)	**(3.715.554)**	**(4.659.309)**

22 Coobrigações e riscos em garantias prestadas

A Cooperativa é avalista de seus cooperados em transações de coobrigações e riscos em garantias prestadas que montam R$ 20.338.594 e R$ 15.446.149 respectivamente, registrados em contas de compensação em 31 de dezembro de 2020 e 2019.

23 Seguros contratados

A Cooperativa adota a política de contratar seguros, cujas coberturas são consideradas suficientes pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da auditoria das demonstrações financeiras, consequentemente, não foram auditadas pelos nossos auditores independentes.

24 Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros estão demonstrados no balanço patrimonial por valores contábeis, os quais são iguais ou que se aproximam dos seus valores justos, conforme critérios mencionados nas correspondentes notas explicativas, com destaque para as disponibilidades, aplicações interfinanceiras de liquidez, títulos e valores

mobiliários, relações interfinanceiras, operações de crédito, depósitos, recursos de aceites cambiais e letras imobiliárias e relações interfinanceiras e relações interdependências.

Não foram realizadas operações com instrumentos financeiros derivativos nos exercícios.

25 Partes relacionadas

As partes relacionadas existentes são as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da Cooperativa (Diretoria, Conselho de Administração e Fiscal), inclusive diretores e executivos. As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica.

As operações com tais partes relacionadas não são relevantes no contexto global das operações da cooperativa, e caracterizam-se basicamente por transações financeiras em regime normal de operações, com observância irrestrita das limitações impostas pelas normas do Banco Central, tais como movimentação de contas correntes, aplicações e resgates de RDC e operações de crédito.

As operações são assim resumidas nos exercícios:

Natureza da operação	2020	2019
Operações de crédito	20.978.521	8.709.459
Depósitos	20.582.350	19.897.462
Honorários, cédulas de presença, salários e premiações	1.351.063	1.432.677

26 Cooperativa Central de Crédito do Estado de São Paulo – Sicoob São Paulo

O Sicoob São Paulo representa suas associadas perante os organismos governamentais e privados ligados ao cooperativismo e às instituições financeiras.

a Atribuições estatutárias

O Sicoob São Paulo tem por objetivo efetuar a centralização financeira, a fiscalização e o assessoramento nas áreas de crédito, econômica, tecnológica, contábil, marketing e comunicação, organização e métodos, capacitação profissional e jurídica das cooperativas que o integram. Cabe ainda ao Sicoob São Paulo o monitoramento, a supervisão e a orientação administrativa e operacional de suas associadas, no sentido de prevenir e corrigir situações anormais que possam acarretar riscos para a solidez de suas associadas ou do sistema.

b **Os saldos das transações da Cooperativa com o Sicoob São Paulo nos exercícios**

As operações financeiras são realizadas em condições normais de mercado e regulamentações internas.

Descrição	2020	2019
Principais saldos:		
Ativo circulante		
Títulos e valores mobiliários (nota 5)	-	98.313.416
Relações interfinanceiras (nota 6)	208.047.209	13.380.149
Outros créditos (nota 9)	303.697	75.369
Ativo permanente		
Investimentos (nota 10)	4.394.956	4.020.266
Principais operações:		
Títulos e valores mobiliários (nota 5)	1.494.166	6.294.126
Ingressos com intermediação financeira (nota 6)	2.843.267	915.940

27 Resumo da descrição da estrutura de gerenciamento dos riscos

A gestão integrada de riscos e de capital no âmbito das cooperativas do Sicoob é realizada de forma centralizada pelo Sicoob Confederação, abrangendo, no mínimo, os riscos de crédito, mercado, liquidez, operacional, socioambiental, continuidade de negócios e de gerenciamento de capital.

A política institucional de gestão integrada de riscos e de capital, bem como as diretrizes de gerenciamento dos riscos e de capital são aprovados pelo Conselho de Administração do Sicoob Confederação.

A estrutura centralizada de gerenciamento de riscos e de capital é compatível com a natureza das operações e à complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob.

Em cumprimento à Resolução CMN 4.557/2017, encontra-se disponível no sítio do Sicoob (www.sicoob.com.br) relatório descritivo da estrutura de gerenciamento de riscos e da estrutura de gerenciamento de capital.

a **Risco operacional**

O processo de gerenciamento do risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, documentação e armazenamento de informações de perdas operacionais e de recuperação de perdas operacionais, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação

Os resultados desse processo são apresentados à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração.

A metodologia de alocação de capital, para fins do Acordo de Basileia II, utilizada para determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) é a Abordagem do Indicador Básico (BIA).

b Riscos de mercado e de liquidez

O gerenciamento do risco de mercado é o processo que visa quantificar a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pelas cooperativas, e inclui o risco da variação das taxas de juros e dos preços de ações, para os instrumentos classificados na carteira de negociação (trading) e o risco da variação cambial e dos preços de mercadorias (commodities), para os instrumentos classificados na carteira de negociação ou na carteira bancária (banking).

O processo de gerenciamento do risco de liquidez lida com a possibilidade de a cooperativa não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

No processo de gerenciamento do risco de mercado e da liquidez das cooperativas são realizados os seguintes procedimentos:

a) utilização do VaR - Value at Risk para mensurar o risco de mercado das cooperativas;
b) análise de descasamentos entre ativos e passivos para avaliação de impacto na margem financeira das cooperativas;
c) definição de limite máximo para a exposição a risco de mercado;
d) realização periódica de backtest do VaR das carteiras das cooperativas e dos modelos de cálculo de risco de mercado;
e) definição de limite mínimo de liquidez para as cooperativas;
f) projeção do fluxo de caixa das cooperativas para 90 (noventa) dias;
g) diferentes cenários de simulação de perda em situações de stress..

c Gerenciamento de capital

O gerenciamento de capital é o processo contínuo de monitoramento e controle do capital, mantido pela cooperativa para fazer face aos riscos a que está exposta, visando atingir os objetivos estratégicos estabelecidos.

d Risco de crédito e socioambiental

O gerenciamento de risco de crédito objetiva garantir a aderência às normas vigentes, maximizar o uso do capital e minimizar os riscos envolvidos nos negócios de crédito por meio das boas práticas de gestão de riscos.

O gerenciamento do risco socioambiental consiste na identificação, classificação, avaliação e no tratamento dos riscos com possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de danos socioambientais.

Compete ao gestor centralizado (Sicoob Confederação) a padronização de processos, de metodologias de análises de risco de clientes e de operações, da criação e de manutenção de política única de risco de crédito e socioambiental para o Sicoob, além do monitoramento das carteiras de crédito das cooperativas.

e Gestão de continuidade de negócios

A Gestão de Continuidade de Negócios (GCN) é um processo abrangente de gestão que identifica ameaças potenciais de descontinuidade das operações de negócios para a organização e possíveis impactos, caso essas ameaças se concretizem.

O Sicoob Confederação realiza Análise de Impacto (AIN) para identificar processos críticos sistêmicos, com objetivo de definir estratégias para continuidade desses processos e, assim, resguardar o negócio de interrupções prolongadas que possam ameaçar sua continuidade. O resultado da AIN é baseado nos impactos financeiro, legal e de imagem.

São elaborados, anualmente, Planos de Continuidade de Negócios (PCN) contendo os principais procedimentos a serem executados para manter as atividades em funcionamento em momentos de contingência. Os Planos de Continuidade de Negócios são classificados em: Plano de Continuidade Operacional (PCO) e Plano de Recuperação de Desastre (PRD).

Visando garantir sua efetividade, são realizados anualmente testes nos Planos de Continuidade de Negócios (PCN).

Hugo Ferraz da Silveira
Diretor Presidente

Renato Huber
Vice Presidente

Carlos Alberto Cezário
Diretor responsável pela contabilidade

Michele Ap. Tavares Pinto
Contadora – CRC: 1SP260623/O-9

*** fim ***

REDE GLOBAL MOORE

Uma rede mundial que atua há mais de 100 anos com personalidade local.

Isso garante proximidade ao cliente e profundo conhecimento da sua região de atuação, respeitando culturas e legislações.

CONTATO

Moore Prisma Auditores e Consultores

Rua Milton José Robusti, 75
15° Andar
CEP 14021-613
Ribeirão Preto - SP - Brasil

T 55 (16) 3019 7900
E moorerp@moorebrasil.com.br

MOORE

www.moorebrasil.com.br

A Rede Global Moore e suas firmas-membro, presentes nas principais cidades do mundo, são entidades legalmente distintas e independentes entre si.